



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 265025-9 – Olinda/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Jefferson Danilo Barbosa OABPE 28837.

Agravado: Maria Augusta de Macedo.

Advogado: Aldenor Carvalho de Oliveira OABPE 16969.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO OBRIGACIONAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONCESSÃO DA LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA MOTIVADO POR SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO, APURADA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REPUTADO AMPARADO PELA RESOLUÇÃO Nº 456/2000, DA ANEEL. DISCREPÂNCIA DE INFORMAÇÕES ACERCA DO NÚMERO DA UNIDADE CONSUMIDORA ONDE SUPOSTAMENTE CONSTATADO O VÍCIO NO MEDIDOR DE CONSUMO, A RECOMENDAR CAUTELA DO JULGADOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13 DO TJPE E DAS NORMAS COGENTES QUE IMPÕEM A PREVENÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR, E LHE GARANTEM O FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL, DURANTE A DICSÃO ACERCA DO SUPOSTO DÉBITO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

DECISÃO: "À unanimidade de negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 11 de junho de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 265025-9**, em que figura como agravante a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, e como agravada, Maria Augusta de Macedo, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator e da resenha anexa, que integram o presente aresto.

Recife, 13 de junho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 265025-9 – Olinda/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Jefferson Danilo Barbosa OABPE 28837.

Agravado: Maria Augusta de Macedo.

Advogado: Aldenor Carvalho de Oliveira OABPE 16969.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória proferida no bojo da ação obrigacional tombada sob o nº 0004729-83.2008.8.17.0990, que, antecipando os efeitos da tutela vindicada, determinou o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte agravada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Nas razões de fls. 03/15v a entidade agravante alega que em 27/01/2008 realizou inspeção de rotina na unidade consumidora da agravada, na qual teria constatado suposta irregularidade no medidor de consumo, que segundo ela estaria com o "SELO ROMPIDO".

Pontua que em razão da suposta irregularidade, promoveu o faturamento da diferença de energia que reputou consumida e não registrada, no período de março/2007 a janeiro/2008, imputando à parte contrária um débito no valor de R\$ 1.452,74 (mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Sustenta que os procedimentos administrativos de apuração da irregularidade, de quantificação e cobrança do débito e de suspensão do fornecimento de energia encontram amparo na Resolução nº 456/2000, da ANEEL e na legislação civil substantiva; que não se tratando de mera suspeita de fraude, mas de efetiva constatação, não seria aplicável o entendimento sumulado no Verbete nº 13, da Súmula de jurisprudência doméstica; e que suspensão do fornecimento de energia encontra amparo na jurisprudência colacionada.

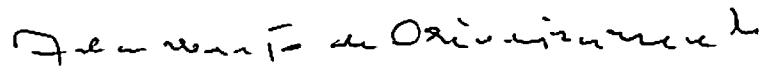
Conclui pugnando pela suspensão liminar da decisão agravada e, no mérito, pelo provimento do recurso visando à reforma definitiva dessa decisão, acostando os documentos de fls. 16/99.

A parte agravada foi intimada para contrariar o recurso, mas
quedou-se inerte (fls. 106/108).

Autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta.
Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 265025-9 – Olinda/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Jefferson Danilo Barbosa OABPE 28837.

Agravado: Maria Augusta de Macedo.

Advogado: Aldenor Carvalho de Oliveira OABPE 16969.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Início assentando tratar-se de nítida relação de consumo na qual a autora ora agravada figura como consumidora de serviço essencial prestado pela concessionária agravante em sede de exclusividade no âmbito do estado, relação essa regida por norma cogente, porque de ordem pública e interesse social, que, dentre outras garantias, presume a vulnerabilidade do consumidor, impõe a prevenção de qualquer tipo de dano em seu favor, e lhe garante a continuidade dos serviços essenciais, a teor do disposto nos arts. 1º, 4º, I, 6º, VI e 22, todos do CDC (Lei nº 8.078/90).

Consta dos autos que a inspeção realizada na unidade consumidora da autora ora agravada foi requerida pela própria consumidora, que de uma "redução drástica" no valor das contas que lhe eram enviadas, solicitou a inspeção consoante alegação expressa nos itens "2" e "8" da petição inicial da ação (fls. 29/30), e que não foi objeto de impugnação específica pela ora agravante, o que demonstra a boa fé da consumidora agravada no deslinde da controvérsia.

Todavia, há certa discrepância de informações referentes aos supostos vícios no medidor, na medida em que a agravada aduziu que no momento da inspeção do medidor de consumo "se constatou que os 05 (cinco) selos estavam presentes sem nenhum problema aparente..." (item 9 da exordial), mas, no Termo de ocorrência de Irregularidade lavrado pela concessionária do serviço, foi constatado que no ato da inspeção técnica foi verificado que o medidor estava "com selo de laboratório rompido...", documento esse firmado pela própria agravada.

MS
M

Verifico também a discrepância de informações referentes à unidade consumidora supostamente devedora, posto que tanto a autora agravada e como a própria CELPE apontam como sendo o endereço da agravada o da Rua dez, nº 15, Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53090-050, e, segundo a própria concessionária do serviço, o suposto débito estaria vinculado à unidade consumidora da Rua dez, nº 25, Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53090-050, da qual seria titular o terceiro Jurandir Ferreira Amorim, consoante se vê à fl. 38 destes autos.

Diante desse contexto fático-jurídico, entendo que para além de se afigurar irrazoável facultar a suspensão prematura do fornecimento do serviço essencial de energia elétrica em detrimento do consumidor, por suposto débito apurado unilateralmente pela concessionária, cuja certeza e quantificação demanda o enfrentamento esmiuçado dos fatos e provas pelo juízo natural da causa, a reforma da decisão fustigada consubstancia desmesurado prestígio a norma oriunda de entidade com competência normativa restrita, *in caso*, a Agência nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em detrimento da legislação de consumo oriunda do poder legislativo.

Com estas considerações, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR